

PS/Açores salvaguarda o futuro da Santa Catarina e protege os seus trabalhadores

O Grupo Parlamentar do PS/Açores condenou uma proposta discutida esta quarta-feira, em Plenário, por considerar que se trata de um “claro aproveitamento político” da situação dos trabalhadores da Fábrica de Santa Catarina, na ilha de São Jorge.

“A proposta do Bloco de Esquerda recomenda ao Governo que garanta aquilo que o Governo sempre garantiu, desde que anunciou a reforma do Setor Público Empresarial Regional. Sempre garantiu nesta Assembleia, sempre garantiu em resposta a requerimentos aos deputados desta casa e sempre garantiu em conselho de ilha em São Jorge”, realçou André Rodrigues.

Durante o debate, o deputado do Grupo Parlamentar do PS/Açores recordou que foi o Governo dos Açores, através da sua intervenção, “que impediu o encerramento da Fábrica de Santa Catarina, o que teria efeitos económicos e sociais muito penalizadores para a ilha de São Jorge e em concreto para o concelho da Calheta”.

“Foi a intervenção do Governo Regional que garantiu o emprego e os salários. Foi a intervenção do Governo Regional que garantiu a recuperação da sua capacidade exportadora, garantiu uma recuperação das vendas, de menos de dois milhões de euros, para os oito milhões de euros previstos para 2018”, acrescentou o parlamentar.

André Rodrigues afirmou que “o Partido Socialista, na reforma do Setor Público Empresarial Regional sempre defendeu que o Estado, neste caso a Região, pode e deve intervir, mais ou menos na economia, nomeadamente em tempos de crise e/ou em situações especiais, como as de Santa Catarina, tendo em conta o seu peso socioeconómico na ilha e em particular no conselho da Calheta”.

Mas, como sublinhou, para o PS, “essa intervenção do Governo deve ser avaliada” ao longo dos anos e, deve ser menor, quando há “retoma da economia” e quando estão criadas “determinadas condições para que as empresas depois possam fazer o seu percurso”.

André Rodrigues defende que a opção de não privatizar 100% da Conserveira, mas sim 80%, é a que melhor serve os interesses dos Jorgenses e dos Açores, porque assim, o Governo “garante o acesso a fundos comunitários essenciais para a modernização e viabilização da empresa”, para além de permitir a “entrada de capital novo”.

Atualmente, “a própria empresa pretende empregar mais pessoas, mas que tem dificuldade em encontrar mão-de-obra”, que tem uma marca reconhecida, que tem potencial exportador, “fruto de muito trabalho e de muita dedicação quer dos seus gestores, mas em particular dos seus trabalhadores”.

Horta, 08 de maio de 2019.